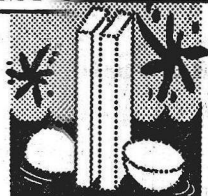


JORNAL DO BRASIL

CPI-Orçamento



Grupo mobilizado por Sarney em defesa da filha Roseana é o mais aguerrido

Ação de 'tropas' livra muitos da CPI

Arnildo Schulz — 15/1/94

■ Arraes, Roseana e Benevides têm 'lobbies' poderosos

CELSON FRANCO

BRASÍLIA — No início da semana passada, quando ia para a CPI do Orçamento, o presidente, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), foi abordado por um ex-líder de bancada na Câmara: "Não caia na besteira de convocar Arraes e Roseana, porque isso vai inviabilizar a aprovação pelo plenário de todas as propostas que vocês mandarem". Mal se desvencilhou do interlocutor, Passarinho sentiu no braço a mão de um senador nordestino: "Se vocês não chamarem o Arraes e a Roseana, a CPI vai se desmoralizar".

A história foi contada por Passarinho para ilustrar a guerra silenciosa que vêm travando as tropas de choque para livrar seus protegidos das investigações. "O que recebi de pressões para chamar e para não chamar o deputado Miguel Arraes daria para escrever algumas páginas de jornal, se não um livro inteiro", reclamou Passarinho na sexta-feira.

As pressões não se restringem ao deputado Miguel Arraes (PSB-PE) e à deputada Roseana Sarney (PFL-MA), embora a tropa mobilizada para proteger a filha do ex-presidente José Sarney tenha se mostrado a mais agressiva de todas. Mas um dos primeiros grupos de pressão que se movimentaram foi o do senador Mauro Benevides (PMDB-CE), acusado por José Carlos Alves dos Santos, ex-assessor do Senado, de envolvimento no escândalo da Comissão de Orçamento, junto com o filho, deputado Carlos Benevides (PMDB-CE).

Efeito contrário — O relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), contou que vinha escapando das pressões, até deparar com o lobby de Benevides. A pressão funcionou ao contrário. "Acabou precipitando a convocação dele e do filho", comentou Magalhães. Ex-presidente do Senado, Benevides teve o privilégio de depor por escrito, como o atual, senador Humberto Lucena (PMDB-PB).

Passarinho contou que, após a divulgação dos documentos da empreiteira Norberto Odebrecht, o deputado Roberto Franca



Passarinho disse que história das pressões que recebeu na CPI daria para encher as páginas de um livro

(PSB-PE) levou-lhe uma carta de Arraes, perguntando se havia algum papel assinado por ele. O presidente da CPI respondeu com uma carta de dois parágrafos: no primeiro, lastimava o vazamento das informações; no segundo, dizia que havia contra Arraes a informação de que pedira dinheiro para campanha à Odebrecht.

Arraes não se satisfaz e foi ao gabinete de Passarinho. "O senhor não respondeu a minha carta", cobrou. "Respondi sim, mas não do jeito que o senhor queria", devolveu o senador, assinalando que nenhum dos acusados tinha qualquer papel assinado entre os documentos da Odebrecht.

O deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) dizia, na quarta-feira: "Agora vai começar a negociação para ver quem entra no relatório". O deputado Maurício Najar (PPR-SP), que requereu a convocação de Arraes, não acreditava que o relator se submeta. Passarinho é mais enfático. "Vão quebrar a cara. "Aí é que vão saber quem é Roberto Magalhães".

Fruto ou não do jogo político os critérios de convocação — citados por José Carlos ou relacionados pela Odebrecht com um percentual ao lado do nome — acabaram jogando alguns no inferno, como o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) definiu sua situação. O paraíso foi alcançado por poucos, como o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), que

saiu aplaudido na sessão de sexta-feira. Exemplo do critério de nome com percentual no relatório da Odebrecht, o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) foi também aplaudido em plenário.

Até agora ninguém conseguiu justificar a escolha desses dois critérios para tomada de depoimentos, que serviram para deixar de fora Arraes, Roseana, 14 governadores, senadores, ministros e dirigentes de órgãos públicos. Passarinho disse que a ideia foi do deputado Aloizio Mercadante (PT-SP), que responsabiliza o senador Mário Covas (PSDB-SP).

Presenteados — Decidiu-se também não investigar quem recebeu presentes — lista enorme, na qual entram o ex-ministro das Minas e Energia Paulino Cícero e o ex-secretário de Planejamento Pedro Parente.

O mesmo documento que cita Arraes aponta um grupo de parlamentares poupados, mas que, segundo o diretor da Odebrecht, "nos apoiam em CPIs, projetos, emendas etc., sem cobrar, e esperam por apoio nas eleições". Na lista estão os deputados Flávio Rocha (PL-RN), João Faustino (PSDB-RN), José Múcio (PFL-PE), Roberto Franca (PSB-PE), José Luiz Clerot (PMDB-PB) e até o relator Roberto Magalhães (PFL-PE). E também os senadores Hugo Napoleão (PFL-PI), Marco Maciel (PFL-PE) e Lavoisier Maia (PDT-RN).

Presidente nega acordo

☐ O presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), desmentiu que tenha confirmado, segundo noticiou o JORNAL DO BRASIL, a existência de um acordo da família Sarney com o PT. "O Mercadante propôs que fossem excluídos dentre os que seriam investigados os que estavam na lista de brindes e de campanha, mas isso não implica acordo", disse. O acordo PT-Sarney, denunciado pelo líder do PDT, deputado Luís Salomão (RJ), foi discutido por mais de uma hora no sábado.

"Esse episódio quebrou a harmonia que vínhamos tendo até aqui", protestou Passarinho. "Não posso aceitar a responsabilidade pelo critério que definiu quem, dos citados nos papéis da Norberto Odebrecht, seria investigado", reclamou o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP). Para o petista, Salomão fez "uma colocação menor e eleitoreira" que não corresponde aos fatos, dizendo que o pedetista não chegou a apresentar ao plenário da Comissão um requerimento para convocar a deputada Roseana Sarney (PFL-MA).